

CONTRA O ESQUECIMENTO E A INVIBILIZAÇÃO: NOTAS SOBRE PESQUISA ACERCA DO PASSADO ESCRAVISTA E AFRICANO DO RIO GRANDE DO SUL**AGAINST INVIBILIZATION: NOTES OF A RESEARCH ABOUT THE SLAVERY AND AFRICAN PAST OF RIO GRANDE DO SUL**

DOI 10.5281/zenodo.10584123

Marcelo Santos Matheus¹

Resumo: O presente texto tem por finalidade divulgar os objetivos e resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Escravidão e tráfico de africanos através dos registros de batismo (Rio Grande do Sul, 1780-1850)”, desenvolvido no Instituto Federal do Rio Grande do Sul desde 2017. Nele, temos como foco o estudo do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, em particular daqueles que tiveram como destino final o Rio Grande do Sul. Para tanto, na falta de fontes outras, exploramos os registros de batismo. O recorte temporal começa em 1780, década em que a economia da capitania começou a se conectar de maneira mais substancial à economia do restante da colônia, indo até 1850, quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que colocou um fim definitivo ao tráfico de africanos escravizados para o Brasil. A ideia do projeto está conectada com as demandas da lei 10.639, de 2003, a qual determina que estabelecimentos de ensino fundamental e médio é obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Nesse contexto, o presente projeto pretende contribuir, oferecendo bases teórica e empírica, para que os professores de diferentes níveis de ensino desenvolvam o trabalho pedagógico em sala de aula, abordando parte do passado africano do Rio Grande do Sul e sua importante contribuição para a formação social, econômica e cultural do estado.

Palavras-chave: Registros de batismo. Escravidão. História e Cultura Afro-Brasileira. Ensino de História.

Abstract: The purpose of this text is to show the objectives and partial results of the research project “Slavery and trafficking of Africans through baptism records (Rio Grande do Sul, 1780-1850)”, developed at the Federal Institute of Rio Grande do Sul since 2017. In it, we focus on the study of the of Africans Slave Trade to Brazil, in particular those whose final destination was Rio Grande do Sul. To this end, in the absence of other sources, we explored baptism records. The research begins in 1780, a decade in which the economy of Rio Grande do Sul began to connect in a more substantial way to the economy of the rest of the colony, going until 1850, when the Eusébio de Queirós Law was enacted, which put a definitive end to the African Slave Trade to Brazil. The idea of the project is connected with the demands of law 10,639, from 2003, which determines that teaching about Afro-Brazilian History and Culture is mandatory in primary and secondary education establishments. In this context, the present project aims to contribute, offering theoretical and empirical bases, so that teachers at different levels of education develop pedagogical work in the classroom, addressing part of the African past of Rio Grande do Sul and its important contribution to social, economic and cultural status of the state.

Keywords: Baptism records. Slavery. Afro-Brazilian History and Culture. History teaching.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. A presente pesquisa conta com auxílio do Financiamento Interno do IFRS, do CNPq e da Fapergs. E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6185527959463943>. Orcid: 0000-0002-9313-4678

Introdução

Cena 1: apresentador de famoso programa de televisão do Rio Grande do Sul, que vai ao ar todos os dias por volta do meio-dia, visita determinada cidade que está comemorando o aniversário de sua fundação. De mão do microfone, entrevista um dos organizadores da festa, o qual exalta o passado “alemão e açoriano” na formação social e cultural do município;

Cena 2: professor do 4º ano do Ensino Fundamental, na primeira reunião do ano letivo com os responsáveis pelos alunos e alunas, informa que “neste ano iremos trabalhar a história do Rio Grande do Sul nas disciplinas de História e Geografia”. Para tanto, “estão previstas duas viagens de estudo, uma para Santo Antônio da Patrulha [com foco na imigração açoriana] e outra para Bento Gonçalves [com foco na imigração italiana]”.

Os episódios narrados acima, além de verídicos, quase que fazem parte do cotidiano dos gaúchos. A inviabilização do nosso passado africano (por vezes praticado com o apagamento de nosso triste passado escravista) e, por outro lado, a valorização de outras etnias na nossa formação social e cultural são algo corriqueiro. É na contramão desse processo que o projeto que desenvolvo há cerca de cinco anos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, primeiro no campus Rolante e, desde 2020, no campus Canoas, coloca-se.

No projeto de pesquisa, intitulado “Escravidão e tráfico de africanos através dos registros de batismo (Rio Grande do Sul, 1780-1850)”, tenho por objetivo o estudo do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, em particular daqueles que tiveram como destino final o Rio Grande do Sul. Na falta de fontes outras que possam ser sistematizadas e quantificadas, exploro os registros de batismo para o estudo desse processo.

O recorte temporal se explica, por um lado, pois foi a partir de 1780 que a economia da capitania começou a se conectar de maneira mais substancial à economia do restante da colônia. Inclusive, é nesta década a fundação das primeiras charqueadas

em Pelotas. Por outro lado, 1850 foi o ano da promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que colocou um fim definitivo ao tráfico de africanos escravizados para o Brasil, já que os traficantes, depois de certo temor inicial com a fiscalização, não respeitaram a primeira legislação, de 1831, que tornava esse comércio um crime (MAMIGONIAN, 2017).

Com efeito, a lei 10.639, de 2003, estabelece que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. No primeiro inciso, determina que o conteúdo programático

incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Nos vinte de anos de existência da mencionada legislação, um conjunto de esforços vem sendo realizado por parte dos educadores de diferentes áreas do conhecimento, desde a produção de subsídios para aplicabilidade da lei, até a reflexão sobre práticas já realizadas (PINHEIRO e ROSA, 2018; MORAES, 2022; RODRIGUES, 2022; RODRIGUES). É neste contexto que se insere o presente projeto. Em acordo com a lei 10.639, pretendo contribuir, oferecendo bases teórica e empírica, para que os professores de diferentes níveis de ensino desenvolvam o trabalho pedagógico em sala de aula, abordando parte do passado africano do Rio Grande do Sul e sua importante contribuição para a formação social, econômica e cultural.

Por que os registros de batismo?

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os escravos, fossem eles nascidos no Brasil ou africanos, deveriam ser batizados, sendo-lhes ensinada a doutrina cristã. Segundo essa normativa, em particular os africanos, para os quais havia um ritual especial, deveriam ser convertidos (VIDE, 2007, Livro 1, Título 2

[II], pp. 2-3 e Título 14 [XIV], pp. 20-21) . De prático, essa determinação legou uma quantidade enorme de documentos, os quais trazem informações valiosas para o estudioso do tráfico e da cultura africana, já que muitos padres anotavam a idade aproximada do africano, bem como sua nação de origem, além de aspectos outros mais comuns (como o nome do cativo, o nome do senhor, etc.).

A abrangência social dos registros de batismos advém do fato dessas fontes serem “massivas”, já que abarcavam indivíduos de diferentes estratos sociais (FRAGOSO, 2014, p. 54). De acordo com Martha Hameister, os batismos cobrem uma “variada gama da população e, por consequência, um número bem maior de pessoas do que outras fontes documentais”, já que incluem todos os setores da sociedade (HAMEISTER, 2006, p. 188). Isso não é de pouca importância, ainda mais quando tratamos de uma população tão menos documentada que estratos sociais mais afortunados, por exemplo.

Não à toa, nas duas últimas décadas os registros de batismo vêm sendo utilizados por pesquisadores para a análise do tráfico e dos africanos traficados para outras regiões do Brasil e das Américas. David M. Stark, explorando os registros paroquiais para Porto Rico entre a segunda metade do século XVII e o princípio do século XIX, procurou analisar a intensidade do tráfico africano de escravos para aquela ilha, assim como a origem geográfica e étnica dos cativos (STARK, 2009).

Por sua vez, através do projeto Ecclesiastical Sources in Slaves Societies: Brazil and Cuba, professores da Universidade Federal Fluminense, da Vanderbilt University e da York University vêm digitalizando e transcrevendo registros eclesiásticos de algumas Dioceses do Rio de Janeiro e de Cuba . Da mesma forma, Flávio Gomes, a partir dos registros eclesiásticos, investigou demografia dos africanos vítimas do tráfico atlântico e que tiveram como destino o Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e nas primeiras décadas do XIX (GOMES, 2012).

Portanto, os registros de batismo são uma entrada não apenas para capturar parte dos africanos escravizados e que tiveram como destino final o Rio Grande do Sul, mas também sua origem geográfica, étnica e cultural. Isso é possível, pois como mencionado, por vezes o pároco indicava a nação do africano batizado.

Metodologia

O registro de batismo, em função de ser uma fonte reiterativa (repetindo-se ao longo do tempo) e homogênea (quanto ao seu conteúdo), permite a realização de uma abordagem do tipo serial, isto é, por um longo período, sendo possível captar a influência dos diferentes contextos históricos, ou seja, perceber as variações no tempo. Portanto, é possível quantificar quantos escravos foram batizados, sua origem, sexo, etc.

Para tanto, as informações contidas nos batismos estão sendo armazenadas em um banco de dados construído a partir de uma tabela do Excel for Windows. Estas informações foram divididas em diferentes categorias analíticas: nome do batizando, se africano ou nascido no Brasil e a nação e/ou o grupo de procedência (no caso dos africanos). A quantificação destes aspectos está possibilitando a apreensão das principais “tendências” e/ou padrões dos batismos de escravos no Rio Grande do Sul (CARDOSO e BRIGNOLI, 2002, p. 25).

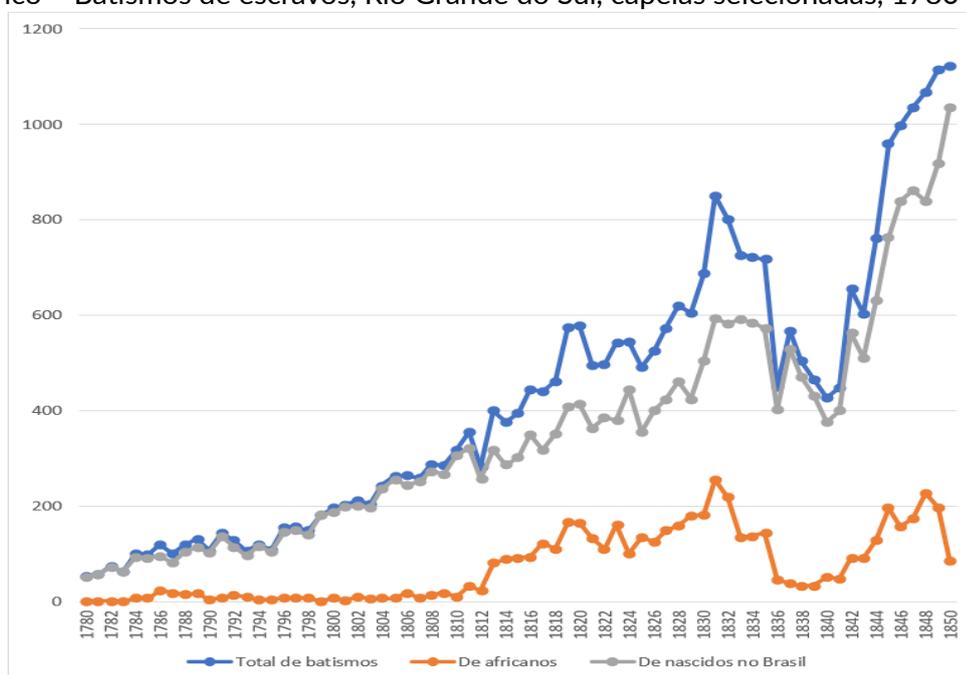
Em razão da grande quantidade de capelas existentes na capitania/província de São Pedro do Rio Grande durante o recorte temporal do projeto, para organizar o fichamento das fontes, as localidades foram agrupadas em regiões. São elas: 1) Região Porto-charqueadora – Rio Grande, Povo Novo, São José do Norte, Pelotas, Taim e Estreito; 2) R. Campanha – Alegrete, Bagé, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana; 3) R. Piratini – Piratini, Canguçu, Jaguarão, Herval e Arroio Grande; 4) R. Camaquã – Encruzilhada, Camaquã, São José do Patrocínio e Tapes; 5) R. Capital e cercanias – Viamão, Nossa Senhora dos Anjos, Porto Alegre, Santa Ana do Rio dos Sinos e São Leopoldo; 6) R. Central – Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Santa Maria; 7) R. Jacuí-Taquari – Triunfo, Taquari e Santo Amaro do Sul; 8) R. Planalto-Missões – São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo; 9) R. Litoral-norte – Osório, Vacaria, Santo Antônio da Patrulha e Mostardas.

Até o presente momento, os registros de quinze capelas já foram fichados. No total, isso representa quase 30 mil registros batismos. No próximo tópico tratamos dos resultados obtidos até agora.

Resultados parciais

Mais precisamente, 29.916 batismo foram fichados para as mencionadas capelas. Destes, cerca de 82,5% foram de batismos de escravos nascidos no Brasil. Por sua vez, 5.191 africanos foram levados à pia batismal. Abaixo o gráfico mostra a progressão do total de batismos, assim como os de nascidos no Brasil e dos africanos.

Gráfico – Batismos de escravos, Rio Grande do Sul, capelas selecionadas, 1780-1850



Fonte: registros de batismo de escravos das capelas Rio Grande, Pelotas, Taim, São José do Norte, Povo Novo, Alegrete, Bagé, Uruguaiiana, Santana do Livramento, São Gabriel, Piratini, Cachoeira do Sul, Porto Alegre e São Leopoldo.

O gráfico acima permite uma série de análises. Em primeiro lugar, o crescimento do número de batismos de escravos é quase uma constante. Excetuando momentos na década de 1830, dos quais já iremos tratar, a frequência dos registros (totais, de africanos e de nascidos no Brasil) cresce ao longo dos anos, o que explica o próprio crescimento da população cativa do Rio Grande do Sul, especialmente no século XIX: em 1814 havia 20.611 escravos na capitania (representando 29% do total da população); em 1819, 28.253 (30,5%); 1854, a província contava com 61.148 (30,5%) cativos; 1858,

71.911 (25%); e em meados da década de 1870, 83.370 (19%), o que fazia do Rio Grande do Sul uma das províncias com maior população escravizada .

Por sua vez, salta aos olhos a maior quantidade de registros de cativos nascidos no Brasil do que de africanos escravizados. Assim, ao contrário do que se pensou por muito tempo, a reprodução natural era um dos alicerces do escravismo brasileiro para se reproduzir no tempo.

Por outro lado, o gráfico ilustra a transformação pela qual o Brasil em geral, e o Rio Grande do Sul em particular, passou com a vinda da família real portuguesa em 1808 e, nos anos que se seguiram, com a abertura dos portos para o comércio com outras nações. Mais precisamente a partir de 1811 e 1812, a chegada de africanos explode, tendo alguns momentos vacilantes na década de 1820, quando o Brasil e a província estão envolvidos com a guerra pela independência da Banda Oriental (atual Uruguai), subindo de maneira exponencial às vésperas da proibição, em 1831.

Da mesma forma que aconteceu no restante do Brasil, quando o tráfico (agora ilegal) começa a crescer em 1834, os registros de batismos de escravos voltam a aumentar no Rio Grande do Sul, o que demonstra que a província iria acompanhar o restante da nação nesse processo. Contudo, em 1835 eclode a Guerra Civil Farrroupilha, que desorganizou a economia da região por alguns anos. Notadamente, é nesse momento que os registros de batismo de escravos, em geral, e de africanos mais especificamente, têm sua maior queda desde 1810. Aqui abrimos um breve parênteses: com efeito, a constituição da autoproclamada República Rio-Grandense, em sua suposta luta pela liberdade contra o tirânico Império, não versou sobre a questão da escravidão . Também pudera. Alguns dos líderes dos farrapos (Bento Gonçalves, David Canabarro, o traçoeiro Bento Manoel, dentre outros) estavam entre os maiores escravistas do Rio Grande do Sul, tendo em seu patrimônio dezenas e dezenas de cativos.

Finalmente, como é possível observar no gráfico, quando as tropas imperiais já haviam (re)conquistado boa parte da província, com os farrroupilhas travando conflitos pontuais e a guerra se encaminhando para o final, a economia da província começou a se recuperar, em especial a produção e exportação do charque (VARGAS, 2016). Com

isso, a partir de 1841, o Rio Grande do Sul começa a importar africanos de maneira crescente, em especial da Bahia (MATHEUS, 2020).

Portanto, o Rio Grande do Sul participou com destaque de um dos momentos vergonhosos da história do Brasil, quando milhares de africanos escravizados foram introduzidos no país mesmo com uma lei proibindo tal fato. Nas fontes aqui exploradas, nada menos do que 2.678 africanos foram batizados entre 1831 e 1850, ou mais de 50% de todos africanos levados à pia batismal para todo recorte do estudo! Quase que desnecessário dizer que esse impressionante número ilustra a necessidade não só de reflexão sobre nosso passado, mas também sobre políticas de justiça e reparação para os descendentes das vítimas desse crime.

Os padres anotaram a nação do batizando em mais de 62,5% dos registros. Nos outros casos, as informações sobre a procedência africana do batizando foram algo genéricas, como “africano”, “de nação” ou “da costa”. Como é possível identificar no quadro abaixo, a diversidade das nações informadas é enorme. Contando as “outras”, mais de 20 nações foram indicadas. Aqui cabe uma rápida, mais não exaustiva (que o leitor pode encontrar na literatura especializada citada na bibliografia), explicação: a nação pode indicar tanto uma cultura específica, como uma região determinada de procedência, uma macrorregião, por vezes o porto de embarque (embora aqui provavelmente perto de onde a vítima foi escravizada, fazendo parte de uma macrocultura), bem como um grande guarda-chuva étnico, que englobava e absorvia uma gama de pessoas de culturas próximas e que poderia ter origem no continente africano ou mesmo ser uma ressignificação produzida na diáspora.

Dito isso, vamos trabalhar com duas categorias: as das nações especificamente e dos grupos de procedência. Neste último caso são três grandes grupos, os africanos da África Central (Congo, Benguela, Cabinda, Angola, Rebolo, Monjolo, Cassange, etc.), os da África Ocidental (Mina-Nagôs, Haussá, Gege, Calabar, etc.) e os da África Oriental (Moçambiques, Inhambane, etc.). Essas rotas estão ilustradas no mapa do Anexo.

QUADRO – Nações indicadas nos batismos de escravos, Rio Grande do Sul, capelas selecionadas, 1780-1850

Nação	Localidade													
	Rio Grande	Pelotas	Estreito/ S. José do Norte	Povo Novo	Alegrete	Bagé	São Gabriel	Santana do Livramento	Uruguaiana	Porto Alegre	Cachoeira	São Leopoldo	Piratini	TOTAL
Mina/Nagô	231	208	59	9	22	1	10	0	6	279	16	35	5	881
Haussá	0	12	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	16
Gege	2	14	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	18
Calabar	2	9	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	14
Guiné	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	97	0	0	100
Angola	26	16	8	2	9	0	1	0	0	41	1	7	4	115
Benguela	51	29	11	3	4	0	0	0	0	50	14	1	6	169
Cabinda	130	200	12	4	13	0	1	0	0	198	19	2	28	607
Congo	93	206	10	22	18	0	3	0	0	178	53	7	41	631
Monjolo	11	59	1	2	0	0	0	0	0	38	1	1	6	119
Rebolo	12	9	0	0	1	0	0	0	0	8	5	0	3	38
Cassange	6	6	4	1	4	0	0	0	0	16	3	3	1	44
Moçambique	57	116	12	3	17	0	1	0	0	192	9	2	20	429
Inhambane	1	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
“Africanos”	203	254	70	80	186	5	5	1	13	877	78	29	144	1.945
Outros	12	15	3	0	0	0	0	0	0	15	1	3	2	51
Total	837	1.166	190	126	277	6	21	1	19	1.900	297	91	260	5.191

Como é possível identificar no quadro, a maioria dos africanos escravizados que tiveram como destino o Rio Grande do Sul eram originários da África Central. Tal resultado entra em acordo com a bibliografia, que sempre destacou a maior relação entre os portos brasileiros, particularmente o Rio de Janeiro, e os portos de Luana, Cabinda e Benguela.

Por outro lado, a nação que mais aparece nos batismos é a Mina, ou Mina-Nagô (mais de 90% descritos apenas como “Mina”). Com efeito, quase metade (411, ou 46,5% de todos os Mina) foram no interstício de 1835 e 1850, ou seja, durante o período de ilegalidade do tráfico. Mas há um outro detalhe interessante. A região do Golfo do Benin, de onde vinham os africanos Mina-Nagô, tinha uma relação mais próxima com a praça comercial da capital da Bahia. E em janeiro de 1835, aconteceu em Salvador um dos maiores levantes escravos do Brasil, a Revolta dos Malês – uma rebelião organizada por escravos islamizados que aterrorizou a classe senhorial baiana (REIS, 2003). Alguns desses rebeldes foram enviados para o Rio Grande do Sul, trazendo temor à classe senhorial sul-rio-grandense (MATHEUS, 2020).

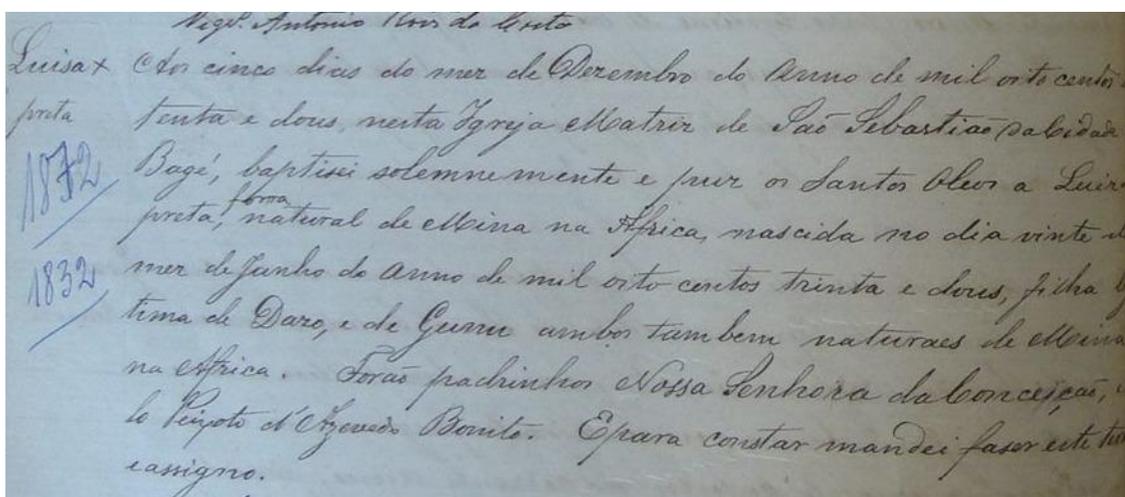
Finalmente, o quadro acima, que ilustra a diversidade de nações dos africanos vítimas do tráfico atlântico que tiveram como destino o Rio Grande do Sul, remete-nos a outra questão, central para o projeto: não é mais possível abordar essa rica diversidade apenas sob a alcunha de africanos. Porém, deixemos essa reflexão para as considerações finais.

Uma última alternativa pedagógica, que tem sido realizada conjuntamente com o projeto: o trabalho com fontes primárias em sala de aula. Não só a questão do tempo é de difícil abstração para alunas e alunos do século XXI, como também conceber a escravidão de outro ser humano, afinal, a liberdade é um direito há muito conquistado e, por isso, às vezes, parece ser algo natural. Neste contexto, a visualização de uma fonte onde uma pessoa é descrita como escrava pode ser uma porta de entrada para a reflexão sobre aquela realidade. Tudo isso, claro, com a devida mediação, já que se trata de um tema sensível, com um vocabulário à época que, hoje, consideramos corretamente racista (como, por exemplo, a palavra “crioulo”, algo frequente nas fontes).

Um ótimo exemplo sobre é o batismo da africana Luísa, reproduzido abaixo. Ele ajuda a refletir sobre o porquê batizar, do ponto de vista dos africanos. Porque eram obrigados? Por vezes eram uma escolha sua? No caso de Luísa, parece que sim. Nele, o pároco anotou que

Aos 5 dias do mês de dezembro do ano de 1872, nesta Matriz de [...] de Bagé, batizei [...] Luisa, preta forra natural de Mina na África, nascida no dia 20 de junho de 1832, filha legítima de Daso e de Gunu, ambos também naturais de Mina na África.

IMAGEM - Registro de batismo da africana mina Luisa



Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo de Bagé. Livro 4b, p. 234v.

Embora o registro esteja fora de nosso recorte temporal, a sua excepcionalidade (uma raridade para todo o Brasil, na verdade) nos fez escolhê-lo para ilustrar o presente texto. Nele Luísa indicou o nome dos pais no seu batismo. Mas não só isso. Luísa passou a informação dos nomes africanos de seus progenitores: Daso e Gunu.

Para Leônias França, o “uso de fontes nas aulas de história possibilita ao aluno compreender o trabalho do historiador além de favorecer a capacidade de refletir, observar, indagar e elaborar hipóteses sobre o conhecimento”. Além disso, para o autor o trabalho com fontes primárias pode motivar os discentes no processo de aprendizagem (FRANÇA, 2016). Com efeito, uma nova metodologia, que incentive os

alunos e as alunas, tornando-os produtores do conhecimento, é um dos objetivos do projeto, com o que o uso de fontes primárias em sala tem contribuído para a promoção de debates durante as aulas.

Considerações finais

Creemos que os resultados falam por si só. Ou, em outras palavras, eles deixam claro a importância do estudo não apenas do passado africano, mas, mais especificamente, o conhecimento sobre os diferentes povos e das diferentes culturas de origem africana que também contribuíram para a formação social do Rio Grande do Sul. Sem o aprofundamento do estudo delas, o conhecimento do passado e da história do estado será incompleta e, por isso, falha, o que nos remete à mais uma questão.

Os dois episódios narrados na introdução desse texto mostram o quanto a cultura africana e afro-brasileira é desprezada. Contudo, há outro problema. Quando eventualmente a contribuição da cultura dos povos africanos é abordada, ela tratada como algo universal e homogêneo: os “africanos”. Como se à época do tráfico de escravos e, atualmente, a África não fosse um dos continentes mais diversos do ponto de vista social, étnico e cultural.

Um exemplo para ilustrar o exposto acima. Na “EXPOFEST IJUÍ”, evento anual realizado há décadas na cidade homônima no noroeste do estado e organizado pela “UETI” (“União das Etnias de Ijuí”), há espaço para exposição de elementos (culinária, vestimenta, danças, etc.) de diferentes povos e culturas. Dentre outros, estão lá “alemães”, “austríacos”, “espanhóis”, “holandeses”, “italianos”, “japoneses”, “portugueses”, “poloneses”, “sueco”. Além desses, a cultura “afro” está representada. Perde-se, assim, a noção que “africano” é correspondente de “europeu”, desrespeitando-se a diversidade dos povos africanos.

Por sua vez, a importância da contribuição dos africanos para formação social dos gaúchos estava posta mesmo que eles compusessem uma pequena minoria ao longo do século XIX, o que não é o caso. Pesquisas já demonstraram que em diferentes localidades, africanos e seus descendentes compunham aproximadamente entre 25% e

50% da população, em diferentes regiões da capitania e depois província (MOREIRA, 2003; FARINATTI, 2010; FONTELLA, 2013; VARGAS, 2016; MATHEUS, 2021). Ou seja, tal população tinha e tem uma importância qualitativa e quantitativa para o entendimento da formação social e econômica do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, como todo o processo de produção do conhecimento, debate, difusão social e, finalmente, incorporação aos livros didáticos e conteúdos trabalhados em sala de aula é algo demorado, outras atividades têm sido realizadas concomitantemente. Um exemplo foi o projeto de extensão “História da escravidão no Brasil: novas abordagens”, levado a cabo em 2018 no campus Rolante e que teve como público-alvo professores de diferentes áreas das redes municipal e estadual da região do Vale do Paranhana. Da mesma forma, palestras com pesquisadores presentes na bibliografia do projeto têm sido realizadas para discentes dos campi em que o projeto foi aplicado, geralmente no contexto das atividades do 20 de Setembro e da Semana da Consciência Negra.

Por fim, é importante destacar que aqui, neste texto, apontamos para a inviabilização de nosso passado escravocrata e africano. Todavia, poderíamos levantar a questão do apagamento de nosso passado indígena, dos quais incorporamos vários elementos culturais, desde o vocabulário, gosto pela carne (o churrasco), o chimarrão, etc., o que demonstra o quanto a produção de nossa identidade ainda é falha e preconceituosa.

Referências

BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço nacional no Brasil do século XIX, Cadernos de História, v. 7, nº. 8, 2005.

CANO, Wilson; LUNA, Francisco V. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. Economia Escravista em Minas Gerais – Cadernos IFCH-UNICAMP, v. 10, pp. 1-14, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FARINATTI, Luís Augusto E. Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: UFSM, 2010.

FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803 a 1950. FEE: Porto Alegre, 1981.

FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. Introdução. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (orgs.). A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Unifesp, 2011.

FONTELLA, Leandro G. Sobre a Ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII). In: FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto Guedes e SAMPAIO, Antonio Carlos J. de. (Orgs.). Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRANÇA, Leônida F. Fontes históricas e o ensino de História: o uso de inventários em sala de aula. XV Encontro Estadual de História do Ceará, Fortaleza, 2016.

GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, v. 19, supl., pp. 81-106, dez. de 2012.

_____. Africans and “nations” in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century, Tempo, v. 22, nº 41, pp. 451-466, set.-dez. de 2016

HAMEISTER, Martha D. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)

LANDERS, Jane, LOVEJOY, Paul E., McMICHAEL, Andrew e SOARES, Mariza de C. Slavery in Ecclesiastical Archives: Preserving the Records. Hispanic American Historical Review, nº. 86, pp. 337-346, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres? A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATHEUS, Marcelo S. A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870). São Leopoldo: Oikos/IFRS, 2021.

_____. Os africanos Mina no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana S.; MARQUES, Juliana B. (Org.). A DIÁSPORA MINA: africanos entre o Golfo de Benin e o Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020.

MONTI, Carlo G. Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender História. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

MORAES, Joalva M. de. Rede Anísio Teixeira e a aplicação da lei 10. 639/2003. Curitiba: Appris, 2022.

MOREIRA, Paulo R. S. Os Cativos e os Homens de bem. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.

OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007.

PAIVA, Clotildes A. e LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos, v. 25, nº. 2, pp. 203-233, 1995.

PINHEIRO, Bárbara Carine S. e ROSA, Katemari. Descolonizando Saberes: a lei 10.639/2003 no Ensino de Ciências. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

RODRIGUES, Aldair. Metodologia de ensino em história do Brasil colonial com base em fontes primárias: uma proposta para a formação de professores à luz da lei 10.639/ 2003. SECRETO, Maria Verônica e FREIRE, Jonis (orgs.). História, como se faz? Exercícios de metodologia da história sobre escravidão e liberdade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou. Estudos Econômicos, nº. 13, pp. 117-149, 1983.

SOARES, Mariza de C. Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista. Tempo, v. 3, nº. 6, dez. de 1998.

_____. A conversão dos escravos africanos e a questão do gentilismo nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (orgs.). A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Unifesp, 2011.

STARK, David. A New Look at the African Slave Trade in Puerto Rico Through the Use of Parish Registers: 1660–1815. *Slavery and Abolition*, v. 30, nº 4, pp. 491-520, December 2009.

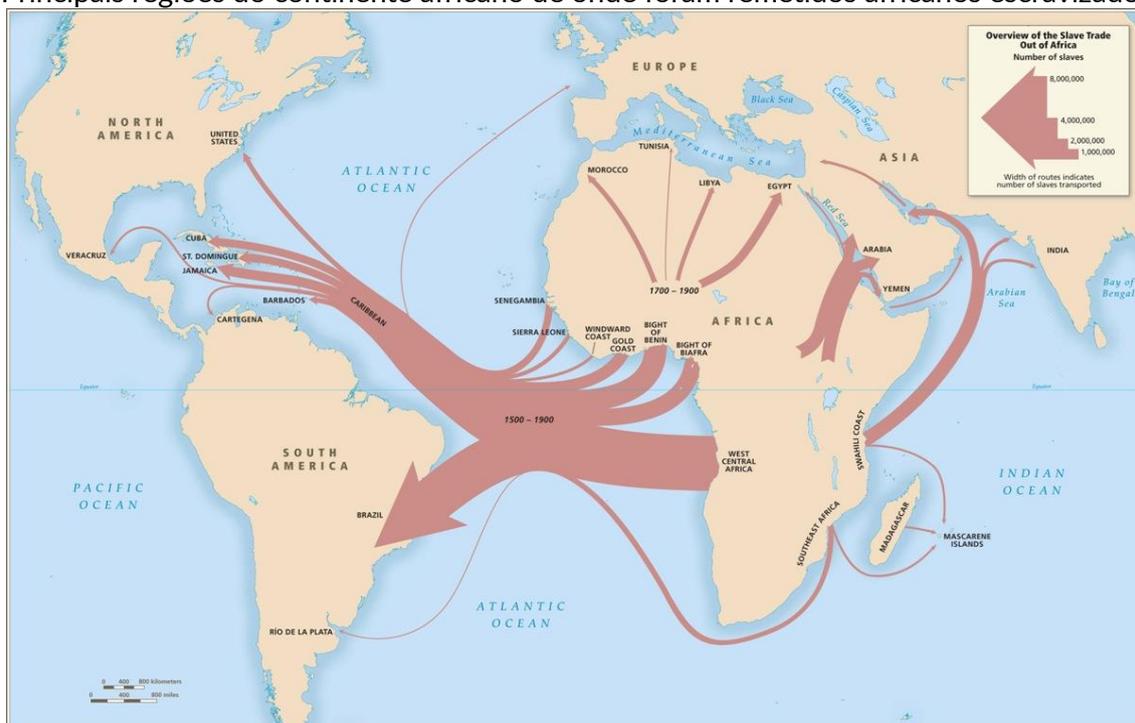
TORRES-LODOÑO, Fernando. Igreja e escravidão nas Constituições do Arcebispado da Bahia de 1707. *Revista Eclesiástica Brasileira*, nº 267, pp. 609-624, julho de 2007.

VARGAS, Jonas M. Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, séc. XIX). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, 2007.

Anexo

Principais regiões do continente africano de onde foram remetidos africanos escravizados



Fonte: <https://www.slavevoyages.org> - Acesso em 11 de abril de 2023.

Recebido em maio de 2023
Aceito em novembro de 2023